Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.86724
e86724

NEOLIBERALISMO, IDENTITARISMO E COALIZÕES POLÍTICAS:
das possibilidades de insurgências

Marlon Silveira da Silva

Resumo
A singular conjuntura política e econômica atual, vivida em países como Brasil e EUA, não somente nos leva a reconhecer o caráter performático e adaptativo do projeto neoliberal, como também a repensar nossas formas de atuação política frente a ele. Problematizando alguns projetos de organização política, a exemplo dos levados a cabo pelos movimentos sociais em torno das chamadas questões identitárias, este texto tem como objetivo refletir sobre as alternativas de resistências e insurgências frente a essa nova conjuntura, que aproxima uma agenda de interesses conservadores, ao mesmo tempo que neoliberais. A partir de uma análise bibliográfica, trouxemos para esta reflexão autoras como Judith Butler (2003, 2016, 2018), Nancy Fraser (2019) e Elizabeth Macedo (2018), de modo a refletir sobre as discussões que envolvem políticas neoliberais conservadoras, currículo e as possibilidades de insurgências e resistências, na escola e fora dela, nos levando a concluir que se faz necessário um investimento radical numa insubmissão coletiva cotidiana, no fazer docente e nas pesquisas e espaços acadêmicos.
Palavras-chave: currículo; resistência; neoliberalismo.

NEOLIBERALISM, IDENTITARISM, AND POLITICAL COALITIONS:
the possibilities of insurgencies

Abstract
The current unique political and economic situation, experienced in countries like Brazil and the USA, not only leads us to recognize the performative and adaptive character of the neoliberal project, but also to rethink our forms of political action in the face of it. Problematizing some political organization projects, such as those carried out by social movements around so-called identity issues, this text aims to reflect on the alternatives of resistance and insurgency in the face of this new situation, which brings together an agenda of conservative interests, at the same time as neoliberals. Based on a bibliographical analysis, we brought authors such as Judith Butler (2003, 2016, 2018), Nancy Fraser (2019) and Elizabeth Macedo (2018) into this reflection, in order to reflect on the discussions involving conservative neoliberal policies, curriculum and the possibilities of insurgency and resistance, at school and outside of it, leading us to conclude that a radical investment in daily and everyday insubordination collective is necessary, in teaching and in research and academic spaces.
Keywords: curriculum; resistance; neoliberalism.

NEOLIBERALISMO, IDENTITARISMO Y COALICIONES POLÍTICAS:
de las posibilidades de insurgencias

Resumen
La singular situación política y económica actual, vivida en países como Brasil y Estados Unidos, no sólo nos lleva a reconocer el carácter performativo y adaptativo del proyecto neoliberal, sino también a repensar nuestras formas de acción política frente a él. Problematizando algunos proyectos de organización política, como los que llevan a cabo los movimientos sociales en torno a las llamadas cuestiones identitarias, este

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.86724
e86724

texto pretende reflexionar sobre las alternativas de resistencia e insurgencia ante esta nueva situación, que reúne una agenda de intereses conservadores, al mismo tiempo que neoliberales. A partir de un análisis bibliográfico, trajimos a esta reflexión a autoras como Judith Butler (2003, 2016, 2018), Nancy Fraser (2019) y Elizabeth Macedo (2018), con el fin de reflexionar sobre las discusiones que involucran políticas neoliberales conservadoras, currículo y las posibilidades de insurgencia y resistencia, en la escuela y fuera de ella, lo que nos lleva a concluir que es necesaria una inversión radical en la insubordinación colectiva cotidiana, en la docencia y en los espacios de investigación y académicos.
Palabras clave: currículo; resistencia; neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

A reflexão a respeito da *nova* arquitetura de um programa neoliberal mais radical e seus efeitos deletérios, nos últimos anos, contribui para fins de vislumbrarmos as fragilidades e insuficiências dos nossos quadros políticos e do que viemos utilizando como alternativas de resistência. Diante do fortalecimento da atuação de setores neoliberais e ultraconservadores, me parece inevitável pensar em possibilidades de resistência e insurgências a momentos como esse, que, ao mesmo tempo que faz retroceder políticas públicas em diferentes áreas, busca também culpabilizar as minorias e os movimentos sociais pelas crises, transformando em *privilégios* conquistas mínimas, possibilitadas pela democracia neoliberal progressista de um passado recente.

Para aqueles comprometidos com algum tipo de mudança ou que em outrora apostavam em um *outro mundo possível*[1], acredito ser indispensável uma problematização sobre a conjuntura política e econômica singular atual, reconhecendo o caráter performático e adaptativo do projeto neoliberal e, com isso, pensar também em estratégias de organização e resistência frente a ele, na escola, nos currículos e nas pesquisas que para eles se voltam.

Assim, me interessa aqui refletir sobre as alternativas de resistência diante de um neoliberalismo que, além de não entregar o que foi prometido, produziu como resposta uma reação ultraconservadora, retrocedendo a ponto de culpar as políticas e lutas identitárias pela crise gerada por ele mesmo. Em outros termos, como responder à promessa de possibilidade de "vidas mais vivíveis" (Butler, 2018) que não fora cumprida pelo neoliberalismo progressista (Fraser, 2019) e que, no momento atual, ainda mina possibilidades de ações coletivas, e as políticas voltadas para o enfrentamento das violências vividas em espaços como a escola? Como propor uma reflexão pautada na crítica na aposta identitária, sem que essa mesma crítica seja apropriada pelos atores políticos que hoje atacam as pautas sustentadas pelos coletivos e movimentos sociais? Talvez a proposta seja menos buscar uma resposta para essas questões e mais refletir sobre possibilidades plurais de ações coletivas e/ou individuais, que limitem a atuação de agendas políticas, pautadas no esvaziamento do político, no ataque aos direitos humanos e à democracia.

De modo a compreendermos os limites e as fragilidades de grupos que fizeram/fazem oposição a essa atuação ultraconservadora do neoliberalismo, a partir de uma análise bibliográfica, utilizo neste texto autoras como Judith Butler (2016, 2018), Nancy Fraser (2019), Elizabeth Macedo (2018), entre outras, por entender que essas oferecem não somente um quadro de reflexões

[1] *Slogan* muito comum entre os coletivos e movimentos sociais que, através do chamado "Fórum Social Mundial", de maneira a fazer um contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos (Suíça), propunham discutir os desafios e o enfrentamento das diferentes formas de injustiças (sociais, econômicas, etc.) vividas em muitos países, a exemplo do Brasil, no início do século XXI.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.86724
e86724

potentes a respeito do neoliberalismo em seus moldes atuais, como também auxiliam nas reflexões em torno das insurgências possíveis. Embora guardem importantes distinções em suas proposições analíticas, é possível traçar pontos de convergência e de diálogo entre essas autoras quando das propostas de reflexão a respeito desse debate. É dizer que a revisão da analítica de poder realizada por e a partir dessas autoras também as levou a pensar formas outras de insurgir e resistir, e são algumas dessas reflexões que aqui pretendo explorar.

POLÍTICA CURRICULAR E A APOSTA IDENTITÁRIA

É sabido que o neoliberalismo contemporâneo agudiza processos de exclusão e aposta na tentativa de silenciamento da diferença; em decorrência, pode-se afirmar que ocorre em paralelo um acirramento de discussões que buscam entender o fenômeno e até freá-lo, propondo alternativas tanto teóricas quanto práticas. Por vezes, a troca de acusações entre algumas filiações teóricas (teoria crítica *x* teoria pós-crítica, por exemplo), na academia e fora dela, parece querer eleger um culpado, um bode expiatório que ajude a entender como chegamos a esse ponto.

Essas acusações ocorridas dentro desse *nós*, esses que se dizem comprometidos com algum tipo de mudança social, sejam elas as de classe (aqueles ligados às teorias materialistas ou críticas, e que apontam para a insuficiência e menor importância das questões culturais/identitárias), ou as que buscam garantir que certas vidas possam ser mais vivíveis (aqueles que pautam suas demandas na reiteração da ideia de identidade), e os chamados pós-identitários (cuja crítica repousa nas fragilidades e limites que uma ideia ingênua de emancipação política total, ou os próprios limites que a agenda identitária, podem representar). Tal complexidade e divergências teórico-práticas dentro desse *nós* apontam para as contradições geradas pela forma atual de neoliberalismo também dentro do que aqui chamarei de *resistência* e que merecem igual atenção.

A centralidade que as questões identitárias assumiram no contexto atual, uma vez que fundamentaram muitos dos avanços ocorridos nas diferentes políticas públicas, da escola e fora dela, fruto das lutas dos movimentos sociais, ao mesmo tempo que usadas também por aqueles empenhados em buscar culpados pelas crises econômicas/morais, parece nos obrigar a refletir sobre os limites, fragilidades e potências dessas pautas e suas articulações.

Dentre as muitas contribuições dos chamados estudos culturais, é certo, encontram-se aquelas relativas ao desenvolvimento das noções de sujeito, cultura e identidade e que se difundiram através de pesquisadores como Stuart Hall (2000) e, no Brasil, Tomaz Tadeu da Silva (1999). Tais contribuições, ao lado do desenvolvimento de outras filiadas ao pós-estruturalismo, passaram a fazer parte de pesquisas em diferentes áreas, sendo absorvidas também pelos movimentos sociais[2].

Assim, os coletivos sociais de negros/as e LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Transexuais e Intersexos), entre outros, baseados na afirmação e reforço de algumas características compartilhadas, sejam elas relacionadas aos aspectos físicos (como cor da pele, traços fenotípicos, etc.), sejam as que dizem respeito às práticas sexuais *desviantes*, passaram a utilizar de forma sistemática ou como substrato teórico a noção de identidade para suas reivindicações políticas, forjando, assim, as chamadas políticas identitárias (ou políticas afirmativas, ou políticas da diferença).

[2] Não quero, contudo, dizer que só a partir dessas pesquisas os movimentos passaram a se pautar pela ideia de identidade. Quando pensamos na história dos movimentos Negro, Feminista e LGBTI+, por exemplo, é possível dizer que já surgiram em função de certos traços identitários. Porém, as reflexões teóricas possibilitadas inclusive em função das agendas desses grupos, levaram a um maior debate a respeito da constituição dessas identidades.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.86724
e86724

Os avanços e conquistas jurídicas dos últimos anos em relação às políticas sexuais e de gênero, levadas a cabo pelo movimento LGBTI+ (ou as ações afirmativas e de antidiscriminação étnico-raciais, mobilizadas pelos movimentos negro e indígena, etc.) em sua grande maioria foram sustentadas por essa ideia de identidade como instrumento fundamental para a organização de suas demandas políticas.

Sem ter o objetivo de diminuir o peso dessas conquistas ou negar a importância delas no combate e enfrentamento da lesbo/homo/bi/transfobia e ao racismo, visto que alguns avanços tenham ocorrido e reconhecendo o protagonismo dos movimentos sociais nesse processo, defendo a necessidade de uma discussão teórica mais profunda, comprometida ética e politicamente, a respeito dos perigos que a emergência de uma noção superficial e acrítica sobre as identidades pode assumir, invisibilizando, inclusive, processos de exclusão.

A maneira como as mínimas conquistas político-jurídicas LGBTI+, principalmente no currículo escolar, foram com frequência foco dos ataques dos grupos políticos neoliberais e conservadores, durante o processo de elaboração dos documentos PNE (Plano Nacional de Educação 2014/2024) e BNCC (Base Nacional Comum Curricular), demonstra a fragilidade desses ganhos e o quanto o processo de produção desse tipo de demanda identitária estava sustentado pela ideia limitada e insuficiente da *tolerância*, possibilitada pelo neoliberalismo *progressista* de outrora.

Críticas feitas às chamadas *pautas identitárias* são observadas vindas de diferentes perspectivas teóricas. Desde as movidas pela teoria marxista, cuja maior ressalva repousa na fragmentação que as pautas identitárias teriam causado numa suposta organização de classe (em que a ascensão de democracias de extrema direita, vista em muitos países nos últimos anos, seria umas das consequências dessa fragmentação), até as sustentadas pelas teorias pós-estruturais, com base na crítica à maneira como as pautas identitárias, ao reforçar o lugar *do outro*, do anormal, forjaram suas conquistas a partir do manto falacioso do respeito à *diversidade*, da *inclusão* e da tolerância.

Entender essas tensões e disputas que parecem dividir e enfraquecer a luta política daqueles que estão na academia e nos movimentos sociais torna-se importante para repensar nossos quadros e ações políticas. Nesse sentido, proponho inicialmente um diálogo entre duas pesquisadoras que, de certa maneira, são reconhecidas como expoentes dessa discussão: Judith Butler e Nancy Fraser. Tais autoras, nos últimos anos, vêm fazendo um diálogo crítico mútuo, baseado na demonstração e ressalvas a supostas fragilidades analíticas uma da outra.

Em *Meramente cultural*, Butler (2016) faz algumas reflexões a respeito das tentativas de separação e até mesmo batalhas travadas entre a ortodoxia marxista e os chamados estudos culturais, dos quais, inclusive, ela é associada. Para ela, as questões *queer*, assim como as chamadas *políticas de identidade*, tendem a ser relegadas a um espaço meramente cultural:

> Se as lutas de classe e de raça são entendidas como profundamente econômicas, e as lutas feministas como às vezes econômicas e às vezes culturais, as lutas *queer* são entendidas não apenas como lutas culturais, mas ainda como típicas da forma "meramente cultural" que os movimentos sociais contemporâneos assumiram (Butler, 2016, p. 237).

Ao dialogar com Nancy Fraser, Butler destaca a tentativa da também filósofa e pesquisadora de oferecer um quadro referencial abrangente, que dê conta das diferentes relações que interligam e aproximam distintos tipos de lutas emancipatórias. Ainda assim, Butler considera insuficiente tal

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.86724
e86724

empenho, uma vez que, apesar de entender que os diferentes movimentos têm a ver com a luta por justiça social, Fraser "[...] reproduz a divisão que localiza certas opressões como parte da política econômica e relega outras à esfera exclusivamente cultural" (Butler, 2016, p. 237).

As contribuições dos avanços da Psicanálise, das chamadas feministas socialistas e demais pesquisas das décadas de 1970 e 1980, contribuíram de forma significativa para pensar a sexualidade e o gênero como constitutivos também da economia política e do modo de produção nas sociedades capitalistas. Apesar disso, a análise materialista não reconhece as questões *queer* no plano material e econômico, restringindo-as ao plano do reconhecimento cultural, o que leva Butler a fazer algumas provocações:

> É possível distinguir, mesmo analiticamente, entre uma falta de reconhecimento cultural e uma opressão material, quando a própria definição legal de "pessoa" é rigorosamente circunscrita às normas culturais que são indissociáveis de seus efeitos materiais? (Butler, 2016, p. 241).

Para Butler, é um equívoco tal restrição, uma vez que a manutenção da sexualidade heterossexual normativa é essencial ao funcionamento da economia política. Ela sugere que, ao partir do entendimento da sexualidade como dado natural inquestionável, tais teorias continuam reforçando e delimitando quais pessoas podem ou não serem reconhecidas. Butler conclui o texto criticando a sempre presente necessidade de uma suposta *unidade* dentro da esquerda e o quanto tal premissa desmerece e domestica a diferença, suprimindo e desconsiderando outras formas de lutas por reconhecimento. Na mesma direção, para Macedo (2006), tais teorizações críticas dificultam a possibilidade de pensar a diferença no currículo, uma vez que "[...] a vinculação da emancipação à ideia de classe condiciona a subjetividade individual à coletiva, dificultando a tematização da diferença" (Macedo, 2006, p. 291).

Deste modo, compreendo que o confronto gerado pelos/entre os diferentes coletivos de minorias que dividem formas distintas de precariedades (Butler, 2018), ao buscar limitar e, com isso, hegemonizar entre os demais uma pauta como *a mais legítima*, enfraquece muitos coletivos e atores políticos por meio dos quais é possível fazer um enfrentamento aos avanços das agendas ultraconservadoras e neoliberais, em países como o Brasil. Mais do que isso, tal movimento parece buscar na desqualificação do outro (ou outros) vencer uma disputa que parece fazer mais sentido dentro de um enquadramento normativo do qual pretendem fugir, qual seja, o neoliberal. Assim, acredito como Macedo (2015, p. 895), que "[...] não há debate possível se o Outro é desqualificado e localizado no lugar do inimigo ou quando se apela para um medo genérico por um inimigo não muito visível".

Diferente do que defendem alguns teóricos materialistas, essa mudança de perspectiva não significou o abandono dos interesses políticos ou a imobilidade dos agentes responsáveis pelas transformações sociais. O que os estudos culturais proporcionaram foi o abandono e o questionamento de uma concepção ingênua de revolução ou transformação total das estruturas que seriam as causadoras das injustiças sociais.

Nesse sentido, os debates desenvolvidos no/pelo campo curricular e educacional também sofreram com essa mudança de concepção. Autores como Silva (1999), ao destacarem a discussão sobre cultura e currículo, entendendo o currículo como prática de significação e não mais como centrado no conhecimento, acabaram se afastando das teorias materialistas e da chamada Nova Sociologia da Educação, possibilitando também uma reflexão a respeito das questões identitárias.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.86724
e86724

A partir disso, pesquisadores da área vêm apontando para os limites da pauta identitária e das políticas de inclusão, e na maneira como determinadas demandas foram incorporadas em documentos voltados para a Educação. Maura Corcini Lopes, ao olhar para a constituição desse modelo de política, afirma que "A inclusão, via políticas de inclusão escolares, sociais, assistenciais e de trabalho, funciona como um dispositivo biopolítico a serviço da segurança das populações" (Lopes, 2009, p. 156), em que tanto a inclusão quanto a exclusão emergem como "[...] invenções constituídas também no jogo econômico de um Estado neoliberal" (Lopes, 2009, p. 153).

Nessa mesma direção, Butler (2018), ao ponderar sobre inclusão e democracia, parece apostar menos na ideia de desconstrução dessas fronteiras e mais no questionamento das normas que as produzem, ou seja, questionar as normas que produzem tais nomeações. Normas essas que, inclusive, são utilizadas para garantir certa inclusão, segundo ela:

> A inclusividade não é o único objetivo da política democrática, especialmente da política democrática radical. É verdade, é claro, que qualquer versão de povo que exclui uma parte do povo não é inclusiva; portanto, também não é representativa. Mas também é verdade que cada determinação para o povo que exclui alguns não é inclusiva e por esse motivo não é representativa. Mas também é verdade que cada determinação de "o povo" envolve um ato de demarcação que traça uma linha, geralmente com base na nacionalidade ou contra o contexto de Estado nação, e essa linha se torna imediatamente uma fronteira contenciosa. Em outras palavras, não existe possibilidade de "o povo" sem uma fronteira discursiva desenhada em algum lugar, traçada ao longo das linhas dos Estados nações existentes, das comunidades raciais ou linguísticas ou por afiliação política. O movimento discursivo para estabelecer "o povo" de um modo ou de outro é uma oferta para ter determinada fronteira reconhecida, quer a entendamos como a fronteira de uma nação ou como o limite da classe de pessoas a serem consideradas "reconhecíveis" como povo (Butler, 2018, p. 10-11).

Essa questão é útil quando pensamos os limites das questões identitárias, levando em consideração que qualquer política pautada por uma suposta ideia de identidade pressupõe também lidar com as normas pelas quais essa inclusão foi produzida. Para isso, Butler propõe questionar as normas que constituem essa inclusão, ou seja, pensar nessa inclusão que produz a exclusão, no mesmo processo. Somadas às críticas em torno da ideia de diversidade, como conceito limitado e subordinado às hierarquias e assimetrias sexuais e de gênero, surgem críticas como a mobilizada por Butler também no que se refere à normatização de determinados grupos, em torno da defesa de uma presumida identidade.

Com base nisso, é possível afirmar que, assim como os discursos e políticas educacionais de cunho mais conservador, os discursos e políticas pautados pela diversidade também mobilizam mecanismos de governamentalidade dos sujeitos, a partir da tentativa de estabelecimento de definições sobre determinados comportamentos sexuais, ainda que comportamentos sexuais dissidentes. São equivalentes no sentido de que ambas se pautam pela governamentalidade a partir de práticas de subjetivação.

Tal compreensão corrobora com meu entendimento de que as políticas identitárias e inclusivas dos governos Lula e Dilma, ainda que fortemente marcadas por um verniz progressista,

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.86724
e86724

devem ser compreendidas como uma performance, uma adaptação possibilitada (e exigida) pela própria normatividade neoliberal em nome de sua manutenção.

De maneira a afastar qualquer tipo de aproximação entre: as críticas e considerações eticamente responsáveis, produzidas tanto na academia quanto nos movimentos sociais, daquelas utilizadas constantemente por atores políticos neoliberais/conservadores para atacar ações afirmativas das minorias, ressalto que são substancialmente distintas. Enquanto a primeira busca oferecer um quadro teórico que problematize as noções de identidade que naturalizam e invisibilizam certas relações de poder, a segunda pauta-se pela constante tentativa de silenciamento dos grupos minoritários e suas reivindicações políticas, motivada por um ressentimento branco, heterossexual e de classe média, que enxerga no mínimo avanço social uma busca por privilégios, minando assim noções como solidariedade, justiça social e soberania popular, numa tentativa de esvaziamento da dimensão política (Brown, 2019).

Assumindo o risco de que uma crítica como essa, pautada no apontamento das fragilidades e limites das políticas identitárias, no contexto atual, possa ser mobilizada também por atores políticos ultraconservadores como argumento para o desmantelamento de políticas públicas, e a agudização do discurso de que tais políticas são privilégios, na sequência, buscarei me afastar desse tipo de armadilha, refletindo sobre o que acredito e defendo como possibilidades de resistências e/ou insurgências ao momento político que estamos experienciando.

Se, num estágio anterior, seja sob a égide de um "neoliberalismo progressista" (Fraser, 2019), as questões que pautavam as discussões dentro do movimento social giravam em torno da defesa das políticas identitárias e/ou afirmativas, ao mesmo tempo que na crítica feita à maneira como tais políticas legitimavam a governamentalidade e a afirmação de um certo sujeito universal, em seu estágio atual, o neoliberalismo exige que ofereçamos outras respostas sobre nossas atuações políticas.

PENSANDO A RESISTÊNCIA A PARTIR DE JUDITH BUTLER

As contribuições dos Estudos *Queer* e as reflexões propostas por Judith Butler, além das problematizações em torno dos limites das pautas identitárias acima verificados, também nos ajudam a pensar a respeito das possibilidades de rearticulações políticas, possíveis e necessárias, que façam frente ao neoliberalismo na sua forma atual, caracterizado pela agudização de demandas conservadoras e a polarização política. Para compreender o que a autora propõe como alternativa teórica e prática na construção de alianças, ou sobre como não sermos governados tanto assim (Butler, 2013), parece-me fundamental lançar mão do que ela vem desenvolvendo a respeito de conceitos como performatividade, precariedade, vulnerabilidade e políticas de coalizão.

Diferentemente do que muitos podem pensar, embora a performatividade assuma certa centralidade nas obras da pesquisadora, cabe salientar que ela não criou esse conceito, mas o desenvolveu e o problematizou a partir de outros filósofos da linguística, a exemplo de Jaques Derrida e John Austin. E é de Austin que ela opera com a performatividade na sua filosofia, com base na noção performativa da linguagem. Para esse filósofo, falar é fazer, ou seja, de alguma maneira toda a norma, lei ou ciência estão submetidas à linguagem. Butler recupera dele a noção de performatividade da linguagem ao sustentar que a força de autoridade do ato performativo se acumula pela citação de um conjunto de práticas anteriores que dão autoridade ao performativo ou, dito de outro modo, é pela repetição, reiteração da norma que se funda e se sustenta a força da

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.86724
e86724

lei. Essa compreensão lança as bases para o desenvolvimento do que a autora chamará de performance de gênero:

> Assim, em que sentidos o gênero é um ato? Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma *performance repetida*. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também *é* a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. Embora existam corpos individuais que encenam essas significações estilizando-se em formas do gênero, essa "ação" é uma ação pública. Essas ações têm dimensões temporais e coletivas, e seu caráter público não deixa de ter consequências; na verdade, a *performance é* realizada com o objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária — um objetivo que não pode ser atribuído a um sujeito, devendo, ao invés disso, ser compreendido como fundador e consolidador do sujeito (Butler, 2003, p. 200, grifos meus).

Em *Corpos em aliança e a política das ruas*: *notas para uma teoria performativa de assembleia*, a partir de eventos como os movimentos *Occupy*, *Women in Black*, Mães da Praça de Maio e a Primavera Árabe, entre outros, Butler propõe pensar a reunião dos corpos também como representação performativa, sendo o livro um marco teórico a respeito de uma democracia radical, nos levando a refletir, dentre outras coisas, sobre a relação entre as formas de performatividade linguística e de performatividade corpórea. Mas se, como proposto em *Problemas de gênero*, a performance (de gênero) era considerada uma questão linguística, como os atos corporais, materiais, se tornam também performativos? Tentando responder a esse questionamento, a autora endossa:

> Um argumento importante que se segue é que importa que os corpos se reúnam em assembleia e que os significados políticos transmitidos pelas manifestações sejam não apenas aqueles transmitidos pelo discurso, seja ele escrito ou falado. [...] Formas de assembleia já têm significado antes e apesar de qualquer reivindicação particular que façam. [...] A reunião significa para além do que é dito, esse modo de significação é uma representação corpórea concertada, *uma forma plural de performatividade* (Butler, 2018, p. 13-14. Grifos meus).

Assim, podemos constatar que o discurso opera não apenas com as palavras, mas também com os corpos. Corpos estes que nos fazem pensar sobre a possibilidade da atuação política performativa, possibilitando o esgarçamento desses conceitos. Uma reflexão acelerada talvez nos fizesse concluir que corpos em aliança, em assembleia, têm sua potência política na fala, no dito, nas palavras de ordem que unem as vozes, mas não apenas. Ao citar como exemplo formas outras de reunião dos corpos, como manifestações políticas em forma de vigílias e funerais (no Brasil, podemos usar como exemplo a morte de algum estudante morador de comunidade morto pela polícia, seguido de protestos *silenciosos*), Butler lembra que a fala não é a única maneira pela qual os corpos podem agir politicamente. Ainda que calados, em silêncio, a união desses corpos, bem como os motivos que os levaram a estarem ali e o espaço ocupado, já significam muito.

As notas de repúdio organizadas e assinadas por grupos, instituições e movimentos sociais, que se popularizaram no período da pandemia da Covid-19, diante da impossibilidade de manifestações públicas presenciais, e que se tornaram uma maneira de manifestação política frente às declarações de políticos e instituições, embora recebessem críticas no que diz respeito à sua

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.86724
e86724

ineficácia, podem ser um bom exemplo para pensarmos a respeito dessa união de corpos. Uma união de vozes ainda que materializadas em um documento *virtual*.

A ideia de política de coalizão presente em suas abordagens na década de 1990 é, de certa maneira, ampliada em *Corpos em aliança* (2018), onde as uniões transitórias possibilitadas a partir de coalizão entre grupos minoritários, e mobilizadas por questões distintas em torno de propostas em comum, apresentam-se como possibilidade de resistência coletiva, diante da suspensão de agendas definidas unicamente em torno de pautas identitárias, predefinidas e essencialistas, conforme assume:

> Agora estou trabalhando a questão das alianças entre várias minorias ou populações consideradas descartáveis; mais especificamente, estou preocupada com a maneira pela qual a precariedade – esse termo médio e, de algumas formas, esse termo mediador – pode operar, ou está operando, como um lugar de aliança entre grupos de pessoas que de outro modo não teriam muito em comum e entre os quais algumas vezes existe até mesmo desconfiança e antagonismo. É provável que *uma questão política tenha permanecido praticamente a mesma*, ainda que o meu foco tenha mudado, e essa questão é que *a política de identidade não é capaz de fornecer uma concepção mais ampla do que significa, politicamente, viver junto, em contato com as diferenças*, algumas vezes em modos de proximidade não escolhida, especialmente quando viver juntos, por mais difícil que possa ser, permanece um imperativo ético e político (Butler, 2018, p. 34, grifos meus).

Assim, a precariedade que atinge os sujeitos de maneira diferenciada deve ser pensada como ponto em comum capaz de estabelecer alianças para além de eventuais laços identitários que permitam se agrupar em subgrupos. Ou seja, a ideia de que nos juntamos não por algo em comum (traços identitários partilhados), mas por sermos constitutivamente precários, dependentes uns dos outros. Uma condição de precariedade que é constitutiva da gente. Dessa maneira,

> precariedade é a rubrica que reúne mulheres, *queers*, pessoas transgêneras, os pobres, os habilitados de modo diferente, os apátridas, mas também minorias religiosas ou étnicas: é uma condição social e econômica, mas não uma identidade (de fato, ela perpassa todas essas categorias e produz alianças potenciais entre aqueles que não se reconhecem como pertencentes uns aos outros (Butler, 2015, p. 58).

Butler toma de Foucault os conceitos de biopolítica e biopoder para refletir sobre as estratégias articuladas que possibilitam a precarização das vidas. Enquanto a biopolítica se volta para o controle da população, o biopoder é uma técnica que, mediante mecanismos distintos, tem como objetivo interferir em todas as esferas da vida social e atua sobre o corpo, o biológico dos indivíduos (Foucault, 2008). Reatualizando a teoria foucaultiana e reafirmando a importância da genealogia do presente, que faz emergir a problemática das formas de poder contemporâneas, a autora acrescenta ainda o conceito de necropolítica, cunhado pelo filósofo Achille Mbembe (2018), que acredita que as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte estão cada vez mais sofisticadas.

A biopolítica de Foucault, nessa direção, seria insuficiente para pensar a racionalidade neoliberal nos moldes atuais, pois refere-se mais à gestão da vida dos sujeitos incluídos, enquanto

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.86724
e86724

a necropolítica permite pensar sobre a administração daqueles que sequer foram incluídos, sendo mais útil pensar, conforme a autora, que:

> [...] a *precariedade* é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária. Populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparação adequadas. A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de *vulnerabilidade* e exposição maximizada de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes (Butler, 2018, p. 40, grifos meus).

Com base nesse quadro conceitual e teórico que a autora apresenta, a vulnerabilidade de algumas populações pode ser considerada uma maneira de indicar qual população poderá ser dizimada. Isso, para ela, "[...] produziu um paradoxo no neoliberalismo e sua noção de "responsabilização", que designa essas populações como responsáveis por sua própria posição precária ou da sua experiência acelerada de precarização" (Butler, 2018, p. 158).

Essa *fantasia* imposta pelo neoliberalismo, de que somos empreendedores de nós mesmos – logo, responsáveis tanto pelo sucesso quanto pelo fracasso –, nos aproxima também das reflexões propostas por Foucault (2008) no tocante à sua crítica em relação à Teoria do Capital Humano, que teria sido o substrato para as práticas de subjetivações contemporâneas. Partindo de tais premissas, a subjetividade emerge como possibilidade de contingência, imprevisível enquanto totalidade calculável. Tanto para Foucault (2008) quanto para Butler (2018), o sujeito seria constituído pelas e nas relações de poder, não podendo existir fora delas. Assim, essa promessa de liberdade estaria intimamente ligada às formas de dominação política e à governamentalidade, uma vez que essa suposta emancipação do sujeito seria um horizonte impossível de ser alcançado.

Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, as políticas adotadas pelos governos atuais apontam cada vez mais para diferentes formas de precarização da vida, seja restringindo e inviabilizando discussões sobre gênero/sexualidade e as diferenças no espaço escolar, seja limitando o acesso à previdência social, seja pela reforma trabalhista que privilegia as grandes empresas em detrimento dos direitos dos trabalhadores, seja revisando as normas para demarcação e distribuição de terras indígenas e quilombolas ou, até mesmo, retrocedendo em políticas públicas voltadas para o controle do desmatamento.

A partir da teoria de Butler e o trânsito entre uma teoria da performatividade de gênero e uma teoria política, podemos dizer que o corpo se torna o encontro entre a condição precária, a vulnerabilidade induzida por políticas de precarização da vida e a possibilidade de resistência a essas políticas. Nessa direção, a subversão do corpo e dos corpos em aliança se manifestam como possibilidades de resistências ao neoliberalismo em sua forma atual, tornando-se formas insurgentes e plurais de ações performativas e de coalizões políticas potentes, sendo fundamental para as reflexões acerca de nossos ativismos no Brasil e fora, nos lembrando do potencial político das multidões (e, porque não dizer, da importância da desobediência civil) e nos fazendo refletir sobre os limites de nossa democracia neoliberal, além da urgente necessidade de organização e resistência, individual e coletiva. Outrossim, aponta ainda para a potência dos termos performance/performatividade, tanto para pensar nas questões que são úteis à Teoria *Queer* e aos estudos de gênero e sexualidade, quanto

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.86724
e86724

para pensar nas possiblidades de organização e mobilização de corpos em assembleia e sobre os limites das lutas e políticas identitárias contemporâneas.

Além disso, entendo que não é possível discutir uma agenda política de enfrentamento às necropolíticas neoliberais se não conjugada com a defesa incondicional de uma educação pública, gratuita, de qualidade e laica. Se não podemos pensar as políticas de reconhecimento das diferenças descoladas das questões relativas às políticas de redistribuição de renda, também as lutas não podem ser distintas. Talvez aí repouse certo sucesso da governamentalidade neoliberal: a capacidade de rearticulação de grupos que, ainda que com interesses diferentes (e às vezes até contraditórios) conseguiram promover uma rearticulação política capaz de minimizar suas diferenças e usá-las a seu favor, a ponto de consolidar nas políticas curriculares e educacionais os seus interesses (a exemplo da Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio).

Mesmo que tenha ocorrido esse investimento ultraconservador e neoliberal com o objetivo de paralisar o debate de certos temas em sala de aula (a exemplo do gênero/sexualidade), e sem negar que essas políticas produzem efeitos sobre a escola e seus currículos, tentando jogar para fora e excluindo a diferença, numa tentativa de produção e governamento de certo tipo de sujeito, defendo que nem mesmo isso pode constranger e evitar que esses temas emerjam no cotidiano escolar. Entendo, ancorado em Macedo, que:

> [...] o currículo, quando é vida, é bonito, é bonito e é bonito. Sua "boniteza" se manifestará sempre nos espaços-tempos em que a educação acontece e o espelho seguirá respondendo "branca de neve" para a bruxa má. Mas os efeitos de normatividades que tratam a vida como o distúrbio a controlar e a sujeira a eliminar não podem ser desprezados por educadores responsáveis — porque elas atuam sobre nós e porque precisamos seguir com nossas bonitezas (Macedo, 2018, p. 32).

Se é nas comunidades carentes que as bancadas fundamentalistas buscam se instaurar, é lá também que devemos estar. Apostando na resistência que se faz no cotidiano por nós, professores e professoras, da educação básica à universitária. É preciso chamar pais e mães para a escola, não sob o manto da vigilância e do constrangimento da ação docente, como proposto pelo Movimento Escola Sem Partido[3], mas para a construção de currículos mais dialógicos e democráticos.

Nosso compromisso ético, político e responsável, enquanto educadores e pesquisadores comprometidos com uma prática pedagógica insurgente, é seguir resistindo e afirmando que o currículo é aquilo que acontece, para além do que pode ser previsto, constrangido e limitado pela legislação vigente ou o que se apresente como sendo *currículo*. E é isso também que torna a nossa tarefa de ensinar *mais bonita*.

Conclusão

Pelo que fora aqui refletido, proponho que abandonemos, ainda que temporariamente, a ideia de *saída*, uma vez que a aposta incessante numa compreensão ingênua dela tenha alimentado formas distintas de exclusão da diferença, a partir das estratégias de inclusão neoliberal ou, até mesmo, gerado respostas possibilitadas dentro do quadro de inteligibilidade autorizado por essa mesma normatividade. Assim, acredito e defendo, apoiado pelas autoras e autores trazidos aqui,

[3] Sobre o Movimento, acessar: http://www.escolasempartido.org/

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.86724
e86724

não como receituário com eficácia certa e garantida, mas como possibilidade de luta e resistência, a necessidade de um investimento radical numa insubmissão diária e cotidiana, no fazer docente e nas pesquisas e espaços acadêmicos.

Aqui seria importante destacar (e até injusto e irresponsável se não o fizesse) o quanto muitos grupos, coletivos de professores e movimento sociais vêm buscando, a seu jeito, alternativas de enfrentar e frear esse movimento ultraconservador. Além dos movimentos sociais negro, LGBTI+ e MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), entre outros, surgiram e se fortaleceram nesse mesmo contexto de recrudescimento neoliberal e ataque moral às políticas curriculares inclusivas, grupos e movimentos como o Escola Sem Mordaça[4] e o Professores contra o Escola Sem Partido[5], ambos produzindo materiais, na academia e fora dela, voltados para a crítica e a desconstrução de muitos dos discursos e falácias disseminados durante os últimos anos. Ou ainda, as ocupações feitas por estudantes de escolas e universidades públicas Brasil afora, em 2016, como resposta às políticas neoliberais de governos estaduais e federal sobre a educação, a exemplo da Reforma do Ensino Médio e da PEC 241[6], que congelaria *gastos* públicos com saúde e educação por 20 anos.

Uma importante conquista na arena da política institucional foi a aprovação da Lei nº 9.277, popularmente conhecida como Escola Sem Mordaça, elaborada pelo movimento homônimo no Estado do Rio de Janeiro, em 2021. Também acredito ser ponderável chamar a atenção para a produção acadêmica que vem sendo desenvolvida nos últimos anos por professores e estudantes das universidades públicas, ainda que constantemente essas instituições e seus profissionais estejam sob ataque, expostos a retaliação, cortes de verbas e até mesmo processos judiciais motivados sob a justificativa da *doutrinação ideológica*, como maneira de restringir e constranger a liberdade de cátedra dos profissionais da educação.

Por tudo isso, seguimos nos insurgindo contra à barbárie, aos discursos de ódio e aos ataques a uma educação de qualidade que, mascarados de restauração de uma suposta ordem e valores morais, reduzem e limitam as formas de ser, de existir, de ser plural e singular, ao mesmo tempo que condicionam e relegam certas vidas à morte, seja atacando em seus discursos formas de ser e existir diferentes, seja submetendo e deixando políticas públicas e o Estado reféns de políticas neoliberais.

REFERÊNCIAS

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[4] Para mais informações, acessar: https://www.brasildefato.com.br/2021/04/27/lei-da-escola-sem-mordaca-que-garante-opiniao-livre-e-aprovada-no-rio-de-janeiro . Acesso em: 23 ago. 2022.

[5] Para mais informações, acessar: https://profscontraoesp.org/ . Acesso em: 05 abr. 2023.

[6] Para mais informações, ver: https://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-pec-241/. Acesso em: 01 mar. 2020.

Revista teias
ProPEd/Uerj | e-ISSN: 1982-0305 | ISSN: 1518-5370

DOI: 10.12957/teias.2024.86724
e86724

BUTLER, Judith. *O que é a crítica?* Um ensaio sobre a virtude de Foucault. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, v. 1 n. 22, p. 159-179, 2013. Disponível em http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/59447. Acesso em out. de 2024.

BUTLER, Judith. Meramente cultural. *Ideias*, v. 7, n. 2, p. 229-248, 2016. Disponível em https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649503. Acesso em nov. 2024.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Política e sociedade: Revista de Sociologia Política*, v. 17, n. 40, 2019. https://doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p43

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. Educação e Realidade, v. 34, n. 2. P. 153-170, 2009. Disponível em https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8297. Acesso em nov. 2024.

MACEDO, Elizabeth. Repolitizar o social e tomar de volta a liberdade. *Educação em Revista*, v. 34, p. 1-15, 2018. Doi: https://doi.org/10.1590/0102-4698212010.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade*: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Submetido em 22 de agosto de 2024
Aprovado em 19 de outubro de 2024

Informações do autor
Marlon Silveira da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Pesquisador de Pós-doutorado Jr. FAPERJ/CNPQ)
E-mail: marlon_ltbg@hotmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5718-5438
Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/8541474513629092